MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO ANUAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

2022

Dulce Alves Caria, Magistrada do Ministério Público Coordenadora
da Comarca de Portalegre

I - INTRODUÇÃO

O presente relatório analisa a actividade desenvolvida pelo Ministério Público (MP) na Comarca de Portalegre no ano de 2022 nas diversas áreas da sua competência e intervenção, analisando os indicadores constantes dos mapas estatísticos anexos e correlacionando os resultados obtidos com os objectivos processuais fixados para o ano em questão.

Esta análise tem necessariamente em conta os recursos humanos e materiais disponíveis e condições de trabalho e projecta, com os condicionalismos existentes, o próximo ano na perspectiva de optimização dos resultados do Ministério Público e eficiência da sua prestação funcional, com o intuito de melhorar a realização da justiça em consonância com o compromisso social assumido perante a comunidade, essência da Magistratura do Ministério Público.

II – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO – BREVE CARACTERIZAÇÃO

O distrito de Portalegre tem uma área de 6 065 km² (é sexto maior distrito português), sendo Portalegre a sede do distrito.

Tem quinze municípios, sendo estes Portalegre, Elvas, Ponte de Sor, Campo Maior, Nisa, Castelo de Vide, Alter do Chão, Arronches, Sousel, Fronteira, Avis, Crato, Gavião, Monforte e Marvão.

Elvas é a maior cidade do distrito.

Mapa do distrito de Portalegre

O distrito de Portalegre tem uma população residente de 104 989 habitantes[1]. Nos últimos 10 anos perdeu um total de 13.517 habitantes, uma quebra de 11,4%, com Nisa a liderar o recuo em percentagem.

A nível nacional, Portalegre é a capital de distrito que perdeu mais população e é também o município capital de distrito com menor número de habitantes.

A dimensão da Comarca de Portalegre, a escassez da rede de transportes públicos, a inexistência de uma auto-estrada para Portalegre e o custo de deslocação entre os núcleos da Comarca, acarretam sérios problemas de mobilidade para os operadores judiciários, em particular os oficiais de justiça - e para os cidadãos utentes da justiça, situação agravada pela vulnerabilidade de grande parte da população do distrito, sobretudo em função da sua avançada idade e carência económica.

III - ESTRUTURA DA COMARCA – INSTALAÇÕES

[1] Segundo os Censos de 2021

A Comarca de Portalegre, com sede em Portalegre, está integrada na competência territorial da Procuradoria-Geral Regional de Évora juntamente com as Comarcas de Beja, Évora, Faro, Santarém e Setúbal.

O Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre integra 3 secções de instância central:

a) Secção cível, com sede em Portalegre;

b) Secção criminal, com sede em Portalegre;

c) Secção do trabalho, com sede em Portalegre

E as seguintes secções de instância local:

a) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Elvas** – Abrange os Municípios de Elvas e de Campo Maior;

b) Secção de competência genérica, com sede em **Fronteira** – Abrange os Municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira e Sousel;

c) Secção de competência genérica, com sede em **Ponte de Sor** – Abrange os Municípios de Gavião e Ponte de Sor;

d) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Portalegre** – Abrange os Municípios de Arronches, Monforte, Crato, Marvão e Portalegre;

e) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Nisa** – Abrange os Municípios de Castelo de Vide e Nisa.

Possui duas Secções de Proximidade: em Avis e em Castelo de Vide.

Na Comarca de Portalegre não foi criado Departamento de Investigação e Acção Penal.

Não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

Abrange 15 concelhos, cada um com uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos Locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos 15 Conselhos Municipais de Segurança sempre que convocados.

Os Magistrados dos Juízos Locais de Fronteira e Nisa, têm ainda diligências nos Juízos de Proximidade de Avis e Castelo de Vide, respectivamente.

Os Juízos Locais e Procuradorias de Nisa, Fronteira, Ponte de Sor e Elvas encontram-se instalados em edifícios próprios - tribunais.

Os Juízos Locais e Procuradoria de Portalegre encontram-se, provisoriamente, desde Dezembro de 2014, instalados num edifício das Infraestruturas de Portugal, com más condições de trabalho, nomeadamente ao nível das Secções, com espaços exíguos e ao nível das salas de audiência, instaladas na cave do edifício sem janelas nem luz natural.

O Juízo Central Criminal e Cível e o Juízo do Trabalho de Portalegre encontram-se instalados no edifício de um Centro Comercial em Portalegre, o que não é dignificante para a administração da justiça.

À excepção do edifício de Nisa, todos os demais edifícios necessitam de obras de restauro (algumas profundas) e de ampliação.

Em Elvas não existem gabinetes em número suficiente para os magistrados do Ministério Público aí colocados.

Em Portalegre e em Elvas, não existem salas de testemunhas, salas de reuniões, salas de atendimento personalizado nem gabinetes para inspecções.

Em reunião do Conselho de Gestão com elementos da Direcção do Instituto de Gestão Financeira E Equipamentos da Justiça (IGFEJ) realizada no dia 8 de Novembro de 2022 foi referida a necessidade de realização de obras nos seguintes edifícios da Comarca de Portalegre:

- Palácio da Justiça de Portalegre – obras de reabilitação e ampliação;
- Edifício Fontedeira, em Portalegre (Juízos Centrais e Juízo do Trabalho: alterações necessárias na sala de localização dos equipamentos AVAC);
- Palácio da Justiça de Elvas – estudo para alteração da instalação/reinstalação de serviços; Infiltrações na cobertura do edifício;
- Palácio da Justiça de Fronteira – Substituição de janelas/infiltrações; climatização, nomeadamente na sala de audiências/gabinetes; canalização; adaptação dos espaços de detenção; criação de acessibilidades;
- Palácio da Justiça de Nisa – Infiltrações na cobertura - reparação dos danos provocados nos tectos da sala de audiências/gabinetes/secretaria/sala de arquivo; substituição das janelas, todas com caixilhos de madeira em elevado estado de degradação; adaptação dos espaços de detenção; criação de acessibilidades
- Ponte de Sôr – Infiltrações na cobertura e fachada do edifício; criação de espaços de detenção.

IV - RECURSOS HUMANOS

Nos termos da Portaria nº 372/2019, de 15 de Outubro, que aprovou os mapas de pessoal das secretarias dos tribunais judiciais de primeira instância, o quadro de Oficiais de Justiça dos Serviços do Ministério Público é composto por 18 Oficiais de Justiça.

Porém, o mapa de pessoal de oficiais de justiça mantém-se incompleto, como melhor se espelha nos mapas que seguem:

1. SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – OFICIAIS DE JUSTIÇA:

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**
Técnico de Justiça Principal	**2**	**1**
Técnico de Justiça-Adjunto	**10**	**8**
Técnico de Justiça Auxiliar	**6**	**7**

Portalegre

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**
Técnico de Justiça Principal	**1**	**1**
Técnico de Justiça-Adjunto	**4**	**4**
Técnico de Justiça Auxiliar	**2**	**2**

Elvas

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**

Técnico de Justiça Principal	**1**	**0**[2]
Técnico de Justiça-Adjunto	**1**	**1**
Técnico de Justiça Auxiliar	**3**	**3**

Ponte de Sôr

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**
Técnico de Justiça Principal	**0**	**0**
Técnico de Justiça-Adjunto	**1**	**1**
Técnico de Justiça Auxiliar	**1**	**1**

Nisa

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**
Técnico de Justiça Principal	**0**	**0**
Técnico de Justiça-Adjunto	**2**	**1**
Técnico de Justiça Auxiliar	**0**	**0**

Fronteira

Categorias funcionais	**Número previsto na Portaria** 372/2019	**Funcionários colocados em 31-12-2022**

[2] Há um funcionário que exerce, em substituição, funções de Técnico de Justiça Principal

Técnico de Justiça Principal	**0**	**0**
Técnico de Justiça-Adjunto	**2**	**1**
Técnico de Justiça Auxiliar	**0**	**1**

Através da Portaria N.º 118/2019, de 18 de Abril, foi criado o lugar de Técnico de Justiça Principal nos Serviços do Ministério Público de Elvas, não se encontrando o mesmo preenchido. Exercendo tais funções, em regime de substituição, desde 28 de Outubro de 2019, o Técnico de Justiça Adjunto que se encontrava em funções nos Serviços do Ministério Público de Fronteira.[3]

Na mesma data foi colocada nos Serviços do Ministério Público de Fronteira a Técnica de Justiça Auxiliar que fora nomeada para os Serviços do Ministério Público de Elvas, mantendo-se esta situação.[4]

Por despacho nº 16/2019, de 30 de Agosto de 2019, a funcionária que fora promovida como Técnica de Justiça Adjunta para os serviços do Ministério Público de Portalegre, foi recolocada provisoriamente para desempenhar funções nos Serviços do Ministério Público de Ponte de Sor, mantendo-se esta situação.

Como se refere no relatório anual de 2021, tem-se verificado, desde 2020, um acréscimo exponencial de inquéritos entrados e movimentados na Comarca, sendo uma parcela significativa relacionada com o fenómeno criminal da utilização fraudulenta da aplicação MB WAY que ultrapassou o número de 2970 entrados e de 2990 movimentados, a implicar a realização de inúmeros actos nas secções, o que, de entre outros motivos, permite

[3] Por despacho nº 17/2019, de 28 de Outubro de 2019, da Senhora Administradora Judiciária
[4] Por despacho nº 17/2019, de 28 de Outubro de 2019, da Senhora Administradora Judiciária

concluir que o mapa de pessoal previsto se encontra desajustado face à realidade da Comarca.

Porquanto, para além de faltar um Técnico de Justiça Principal em Elvas, o quadro de oficiais de justiça deveria ser aumentado para 7 oficiais de justiça em Elvas, 4 em Fronteira, três em Nisa, três em Ponte de Sor e oito em Portalegre.

Cumpre ainda referir, em termos gerais, que o volume de serviço nos Serviços do Ministério Público é, em regra, superior ao volume de serviço nas Secretarias Judiciais, sendo a falta de oficiais de justiça no Ministério Público superior à falta de oficiais de justiça nas Secretarias Judiciais, o que tem consequências para o serviço desenvolvido pelo Ministério Público.

2. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

No ano de 2022 o quadro de Magistrados de Portalegre encontra-se reflectido nos quadros que seguem. O quadro foi em si insuficiente.

Tal como já referido, sem especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio, com 15 concelhos, cada um com uma CPCJ e com o volume processual da comarca - onerado com essa falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade - imporiam que o quadro de Procuradores da República, fosse no mínimo de 16, 14 nos Juízos Locais e 2 nos Juízos Centrais.

O Quadro legal da Comarca de Portalegre é de 12 a 14 Magistrados – **Cfr. Anexo I do Movimento.**

MUNICÍPIO		CONTEÚDO FUNCIONAL	MAGISTRADOS COLOCADOS E EM FUNÇÕES	Situação a 02/09/2022 PR em funções	Situação a 31/12/2022 PR em funções

ELVAS	PR-LOCAL	JUÍZOS LOCAIS CÍVEL	**1**	**1**	**1**
	PR-LOCAL	JUÍZO LOCAL CRIMINAL E SECÇÃO DE INQUÉRITOS	**4** a)	**2 b)**	**4 c)**
FRONTEIRA	PR-LOCAL	JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA E SECÇÃO DE INQUÉRITOS	**2**	**2**	**2**
NISA	PR-LOCAL	JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA E SECÇÃO DE INQUÉRITOS	**1**	**1**	**1**
PONTE DE SÔR	PR-LOCAL	JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA E SECÇÃO DE INQUÉRITOS	**2**	**2**	**2**
PORTALEGRE	PR-CENTRAL	JUÍZO CENTRAL CÍVEL E CRIMINAL	**1**	**1**	**1**
	PR-CENTRAL	JUÍZO DO TRABALHO	**1**	**1**	**1**
	PR-LOCAL	JUÍZOS LOCAIS CÍVEL E SECÇÃO DE INQUÉRITOS	**1**	**1 d)**	**1 e)**
	PR-LOCAL	JUÍZO LOCAL CRIMINAL E SECÇÃO DE	**2**	**1**	**2**

		INQUÉRITOS			
	TOTAIS		**15**	**12**	**15**

a) Dois magistrados são do quadro complementar de Évora.

b) Em Setembro de 2022 foi colocado em Elvas um Magistrado do Quadro Complementar de Évora.

c) Em Novembro de 2022, Foram colocados em Elvas dois Magistrados, um proveniente do XXXVI Curso Normal do CEJ, colocado em Portalegre e reafectado a Elvas e um Magistrado do Quadro Complementar de Évora.

d) A Magistrada colocada no Juízo Local Cível de Portalegre entrou de baixa médica a seguir à tomada de posse e nunca exerceu funções na Comarca, tendo sido destacada pelo CSMP para a Comarca do Porto.

   Este lugar foi ocupado por um Magistrado funcionalmente colocado no Juízo Local Criminal de Portalegre, através da respectiva reafectação, a qual cessou em Novembro de 2022 com a colocação dos Magistrados do XXXVI Curso Normal do CEJ.

e) Por reafectação foi colocada no Juízo Local Cível de Portalegre uma Magistrada proveniente do XXXVI Curso Normal do CEJ e funcionalmente colocada no Juízo Local Criminal de Portalegre.

Os quadros actuais de magistrados apenas estabilizaram em Novembro de 2022.

Ausências e absentismo (Janeiro a Dezembro de 2022):

- Uma Senhora Procuradora do Juízo Local Criminal de Elvas esteve ausente do serviço, por gravidez de risco de 10 de Maio de 2022 a 26 de Dezembro de 2022 e encontra-se em licença parental até ao final de Junho de 2023 a que se seguirá o gozo de férias;

- A Senhora Procuradora do Juízo Local Cível de Elvas cessou funções por efeito de

jubilação a partir de 31 de Janeiro de 2022;

- Uma das Senhoras Procuradoras da República movimentada para o Juízo Local Criminal de Elvas, oriunda do XXXV Curso do CEJ tomou posse em 3 de Novembro de 2021 e entrou de baixa por gravidez de risco em 22 de Novembro de 2021, situação que se manteve até 27 de Março de 2022 a que se seguiu licença parental até 6 de Julho de 2022, tendo sido transferida para outra Comarca no último movimento ordinário anual de magistrado (com efeitos em 1 de Setembro de 2022);

- Uma das Senhoras Procuradoras da República de Ponte de Sôr esteve ausente ao serviço desde 01 de Janeiro de 2022 a 21 de Março de 2022 e esteve em teletrabalho entre 22 de março de 2022 e 10 de Junho de 2022. Em 13 de Junho de 2022 retomou o exercício de funções presenciais e foi transferida para outra Comarca no último movimento ordinário anual de magistrados (com efeitos em 1 de Setembro de 2022).

- Uma das Senhoras Procuradoras da República do Juízo Local Criminal de Portalegre entrou de baixa por gravidez de risco em 17 de Dezembro de 2021, a que se seguiu licença parental até 15 de Julho de 2022, tendo sido transferida para outra Comarca no último movimento ordinário anual de magistrado (com efeitos em 1 de Setembro de 2022).

V - MOVIMENTO ANUAL DE INQUÉRITOS - Mapas CRIM 1, CRIM 3, CRIM 4 e CRIM 6

1. INQUÉRITOS REGISTADOS, MOVIMENTADOS E FINDOS:

No ano judicial de 2022 foram registados **6225 novos inquéritos** nas várias instâncias locais da comarca tendo sido registados 5628 em 2021. O que consubstancia um aumento de 9,59% dos inquéritos entrados em relação ao ano de 2021.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os **4000** inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um **movimento global de 10.225 inquéritos** (em 2021 foram movimentados 9.310 inquéritos) no ano em apreço, o que consubstancia um aumento de 8,94 % dos inquéritos movimentados em relação ao ano de 2021.

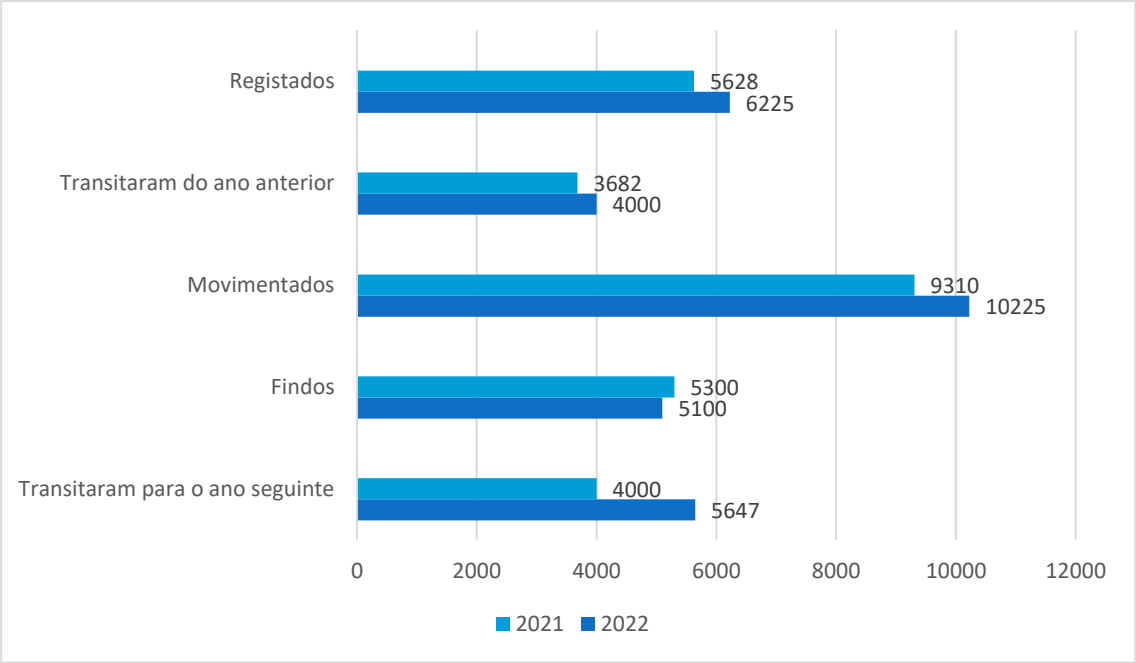
Destes, **findaram 5100** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos), transitando para o ano seguinte **5647** inquéritos.

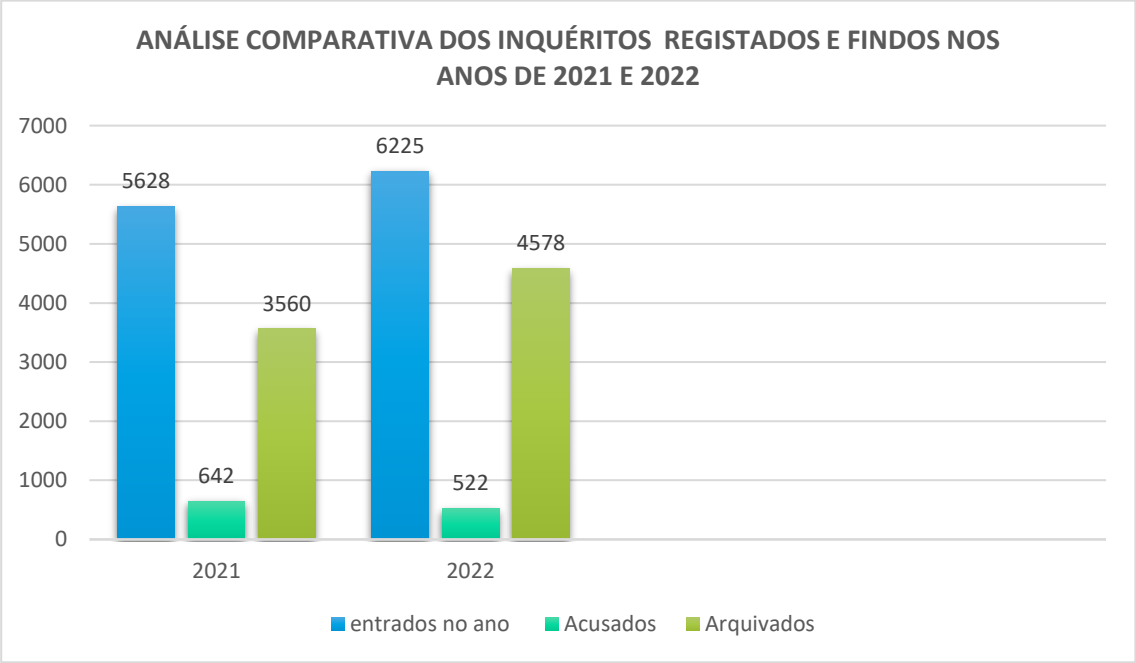
No ano de 2021 foram findos 5307 inquéritos, transitando para 2022 4003 inquéritos. Verificando-se um aumento global de 1644 inquéritos em relação ao ano de 2021.

Foram registadas, para cumprimento, **404** Cartas Precatórias, findaram 4177, encontrando-se pendentes 98.

Os gráficos infra reflectem a análise comparativa dos Inquéritos movimentados e findos nos anos de 2021 e 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS INQUÉRITOS MOVIMENTADOS NOS ANOS DE 2021 E 2022





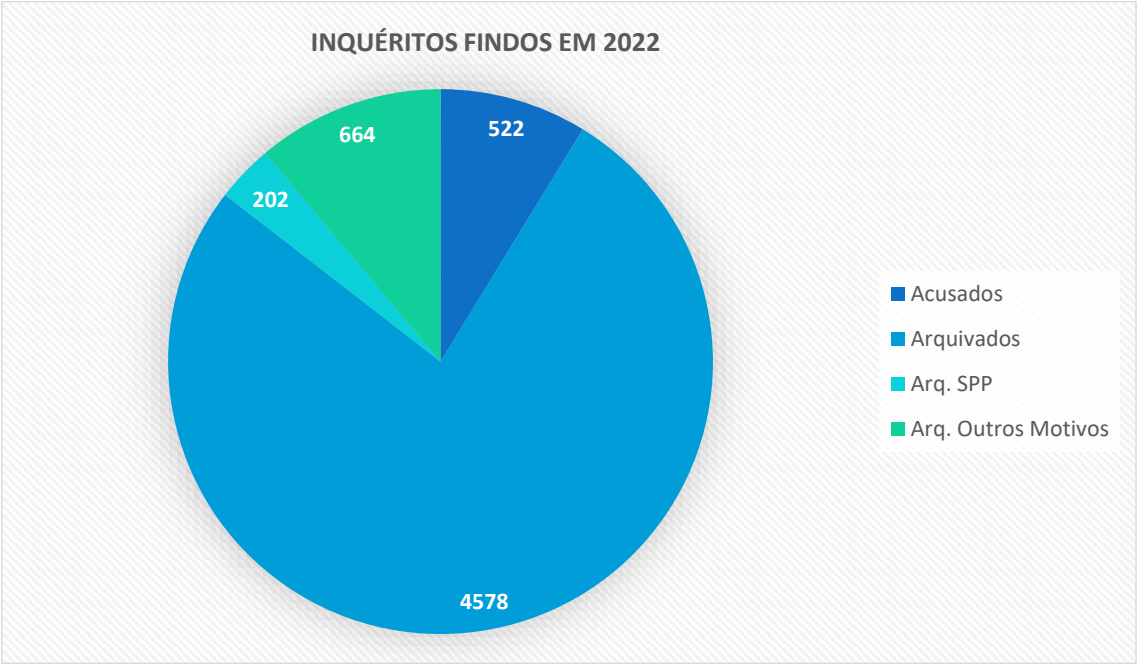
Do universo de **5100** processos **findos** no ano, foram **arquivados 4578,** o que representa **89,76%** do total de inquéritos findos**.**

Foi deduzida **acusação** em **522** inquéritos (642 em 2021*),* o que corresponde a **10,23%** do universo dos processos findos.

Findaram por **outros motivos 664** inquéritos**,** o que representa **13,01%** do total de inquéritos findos**.**

Foram **findos** após **suspensão provisória 202** inquéritos (os suspensos no ano foram 188) o que corresponde a **3,96%** dos processos findos no ano.

O gráfico que segue demonstra a movimentação de inquéritos na Comarca de Portalegre no ano de 2022.



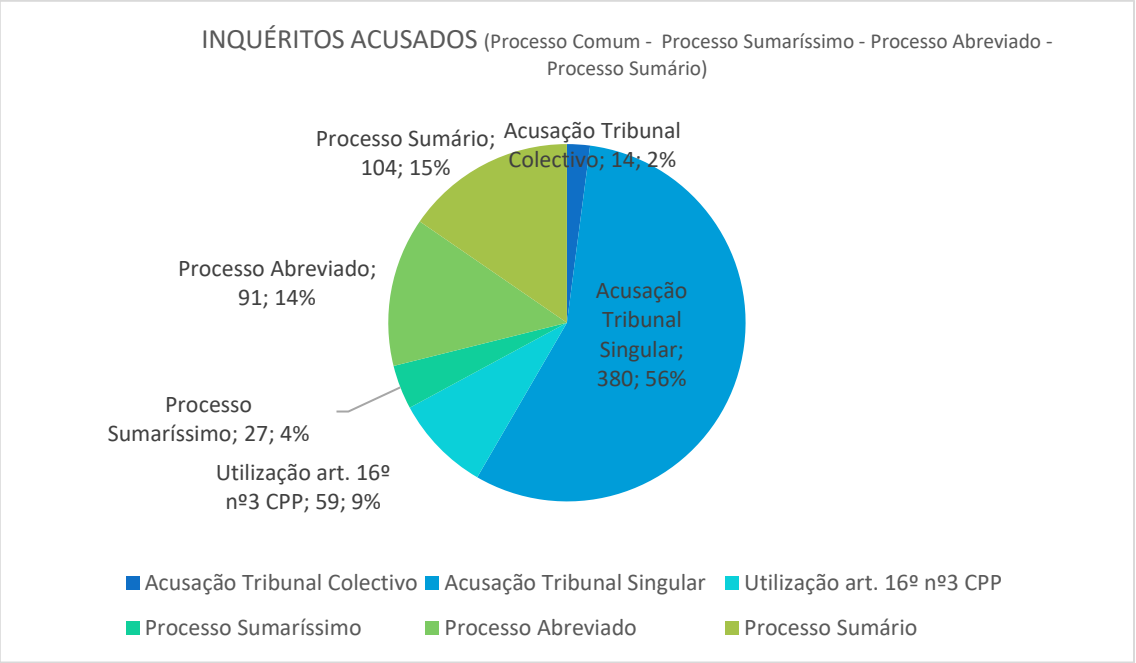
Foram deduzidas **522 acusações**, sendo **14** com intervenção do **tribunal colectivo** e

390 com intervenção do **tribunal singular**. Destas, **59,** nos termos do disposto no **artigo 16º nº 3, do C.P.P**.

Com requerimento para julgamento em **processo sumaríssimo** foram finalizados **27** processos (correspondendo a **5,17 %** das acusações proferidas).

Foram deduzidas **91** acusações em processo abreviado (correspondendo a **17,43 %** das acusações proferidas).

O gráfico que segue demonstra o número de inquéritos acusados na Comarca de Portalegre no ano de 2022.



2. APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DE CONSENSUALIZAÇÃO E PROCESSOS ESPECIAIS:

No ano de 2022, com referência ao universo de inquéritos que reuniam indiciação suficiente, num total de 926 - acusados (processos comuns e especiais), suspensos provisoriamente (fase de inquérito e fase preliminar do processo sumário) e arquivados por dispensa de pena (artigo 280º do CPP):

- Foi determinada a **suspensão provisória do processo** em **188** inquéritos;
- Foi apresentado requerimento para julgamento em **processo sumaríssimo** em **27** processos;
- Foram deduzidas **91** acusações sob a forma de **processo abreviado**;
- Foi requerido o julgamento em **processo sumário** em **104** processos;
- Foi determinada a **suspensão provisória na fase preliminar do processo sumário** em **112** processos;
- Não se verificou a aplicação do instituto de dispensa de pena do art. 280º do CPP.

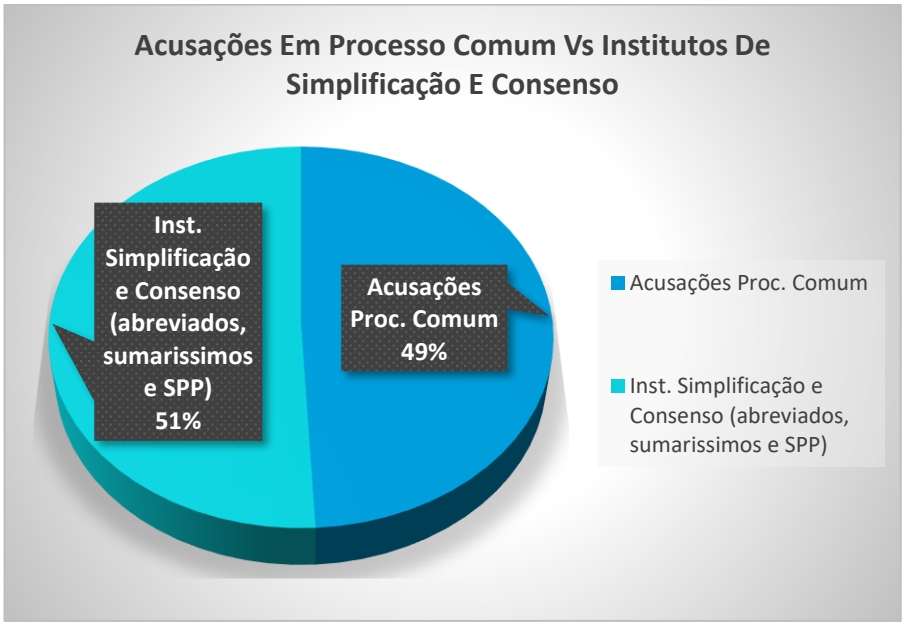
O que representou a aplicação dos institutos de simplificação e consenso (abreviado, sumaríssimo e suspensões provisórias do processo, incluindo as aplicadas na fase preliminar do processo sumário) no ano de 2022 em 56,37% do universo dos inquéritos com indiciação suficiente.[5]

3.ACUSAÇÕES EM PROCESSO COMUM VS. INSTITUTOS DE SIMPLIFICAÇÃO E CONSENSO:

Em termos globais o número de institutos de simplificação e consenso aplicados

[5] Nos objectivos fixados para 2022 foi proposta a percentagem de 60% para a utilização das formas especiais de processo e dos institutos de consensualização na pequena e média criminalidade.

no ano de 2022 (abreviado, sumaríssimo e SPP, incluindo as aplicadas na fase preliminar do processo sumário) superou o número de acusações proferidas em processo comum (colectivo, singular e 16º nº3 do CPP), conforme ilustra o gráfico seguinte:



4.RESULTADO DAS SUSPENSÕES PROVISÓRIAS DO PROCESSO (MAPA CRIM 6):

<u>Nos processos em que foi determinada a suspensão provisória do processo</u>:

- Foram **arquivados 202 inquéritos** com o cumprimento das injunções aplicadas (134 na fase de inquérito e 68 na fase preliminar do processo sumário)

- Foi deduzida **acusação em 52 inquéritos** (37 na fase de inquérito e 15 na fase preliminar do processo sumário).

5. PROCESSOS SUMÁRIOS (Mapa CRIM 10):

No ano de 2022 **foram recebidos 254 autos de notícia**, dos quais **104** seguiram para julgamento em **processo sumário**, tendo sido arquivados 60 e suspensos provisoriamente 112 processos.

No total da Comarca, face aos autos de notícia recebidos, foi de 40% a percentagem de requerimentos para julgamento em processo sumário, sendo a suspensão provisória de 44,09%.

Sendo esta forma processual utilizada em 11,23% dos processos que reuniam indiciação suficiente.

6. CARACTERIZAÇÃO DA PENDÊNCIA:

▪ **Antiguidade dos inquéritos pendentes:**

A nível global da Comarca transitaram 5645 inquéritos para o ano de 2023 (dos quais 189 se encontram suspensos provisoriamente).

Dos inquéritos que transitaram para 2023:

- 1 tem o registo de 2015;
- 1 tem registo de 2016;
- 12 têm registo de 2017;
- 36 têm registo de 2018;
- 151 têm registo de 2019;
- 563 têm o registo de 2020;
- 1195 têm o registo de 2021.

O universo de 764 processos com registo de **2020 e anos anteriores**, representa 13,53% do total dos inquéritos pendentes em 31.12.2022.

Por comparação com o número de inquéritos com registo de 2019 e anos anteriores pendentes em 2021, verificou-se uma diminuição dos "inquéritos antigos", um dos objectivos processuais fixados para o ano de 2022.

Os quadros infra demonstram os números de 2022 e a sua comparação com o ano anterior:

	Anteriores a 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2022	**0**	**1**	**1**	**12**	**36**	**151**	**563**

	Anteriores a 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2021	**2**	**0**	**1**	**23**	**72**	**258**	**926**

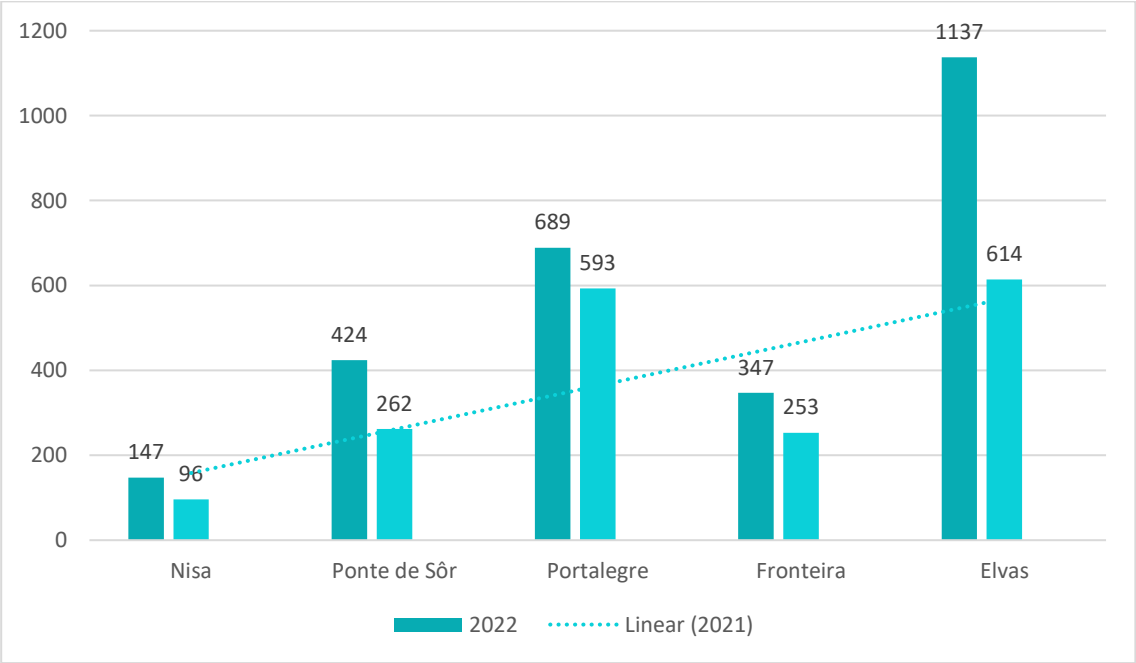
A morosidade dos inquéritos deve-se, em grande parte, a atrasos na conclusão das investigações, quer nos OPC quer nos Serviços do Ministério Público, salientando-se igualmente a morosidade da realização de perícias, em particular as solicitadas ao LPC. Estes factores de morosidade são consequência da falta de meios técnicos e humanos nas diversas entidades, sem escamotear as consequências da falta de magistrados na Comarca.

- **Inquéritos pendentes há mais de 8 meses:**

Dos inquéritos que transitaram para o ano seguinte a nível global (5645), o número de inquéritos registados há mais de oito meses, ascendia a **2744** (**48,60%),** sendo este número superior ao do ano 2021 (1818) e não correspondendo aos objectivos da Comarca.

Este aumento deve-se essencialmente ao aumento do número de inquéritos de burla informática, em concreto, os processos associados ao fenómeno *"mbway".* No ano de 20221 foram registados 1854 inquéritos relativamente a esta tipologia de crime (cibercriminalidade), sendo estes processos de investigação morosa à qual os OPC não têm conseguido dar resposta atempada.

Dos inquéritos com uma tramitação superior a 8 meses na data da recolha dos dados no *Citius* existiam: 1137 em Elvas, 347 em Fronteira, 424 em Ponte de Sôr, 689 em Portalegre e 147 em Nisa.



7. ANÁLISE DO MOVIMENTO MENSAL POR PROCURADORIAS:

a) PROCURADORIA DO JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE ELVAS:

No ano judicial de 2022 foram registados 2574 novos inquéritos na Procuradoria do Juízo Local de Elvas.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os 1.458 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de 4032 inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **1643** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **2389** inquéritos, resultado que traduz um aumento de 931 processos relativamente aos que transitaram do ano anterior.

Do universo de 1643 processos findos no ano:

Foram arquivados 1199; Foi deduzida acusação em 162 inquéritos; Findaram por outros motivos 115 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 91, o que corresponde a 5,5 % dos processos terminados.

b) PROCURADORIA DO JUÍZO DE PORTALEGRE:

No ano judicial de 2022 foram registados **1.253** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo Local de Portalegre.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os **1.636** inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **2.889** inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **1569** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **1320** inquéritos, resultado que traduz um aumento global de 316 processos relativamente aos que transitaram do ano anterior.

Do universo de 1569 processos findos no ano:

- Foram arquivados 977;

- Foi deduzida acusação em 192 inquéritos;

- Findaram por outros motivos 328 inquéritos;

- Foram suspensos provisoriamente 72, o que corresponde a 4,58% dos processos terminados.

c) PROCURADORIA DO JUÍZO DE PONTE DE SÔR:

No ano judicial de 2022 foram registados **830** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sôr.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os 538 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **1368** inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **515** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **853** inquéritos, resultado que traduz um aumento de 315 inquéritos relativamente aos que transitaram do ano anterior.

Do universo de 515 processos findos no ano:

- Foram arquivados 387;

- Foi deduzida acusação em 56 inquéritos;

- Findaram por outros motivos 60 inquéritos;

- Foram suspensos provisoriamente 12, o que corresponde a 2,3% dos processos terminados.

d)PROCURADORIA DO JUÍZO DE FRONTEIRA

No ano judicial de 2022 foram registados **802** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Fronteira.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os **538** inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **1340** inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **637** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **703** inquéritos, resultado que traduz um aumento de 66 inquéritos relativamente aos que transitaram do ano anterior.

Do universo de 637 processos findos no ano:

- Foram arquivados 430;
- Foi deduzida acusação em 100 inquéritos;
- Findaram por outros motivos 96 inquéritos;
- Foram suspensos provisoriamente 11, o que corresponde a 1,7 % dos processos terminados.

a) PROCURADORIA DO JUÍZO DE NISA:

No ano judicial de 2022 foram registados **384** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Nisa.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os **214** inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **598** inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **290** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **308** inquéritos, resultado que representa um aumento de 94 Inquéritos relativamente aos que transitaram do ano anterior.

Do universo de 207 processos findos no ano:

- Foram arquivados 211;
- Foi deduzida acusação em 12 inquéritos;
- Findaram por outros motivos 65 inquéritos;

- Foram suspensos provisoriamente 2, o que corresponde a 0,96% dos processos terminados.

A Senhora Procuradora da República colocada em Nisa no movimento de Setembro de 2022 esteve em acumulação de serviço com Elvas desde 1 de Setembro até ao dia 3 de Novembro de 2022.

Demonstração dos resultados acima expostos e comparação com os anos anteriores:

INQUÉRITOS – MOVIMENTAÇÃO no ano de 2022.

2022		VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR	ENTRADOS	MOVIMENTADOS	FINDOS	PENDENTES
ELVAS		1457	2573	4030	1567	2463
PORTALEGRE		1253	1636	2889	1569	1320
FRONTEIRA		538	802	1340	637	703
PONTE DE SÔR		538	830	1368	515	853
NISA		214	384	598	290	308

INQUÉRITOS – MOVIMENTAÇÃO no ano de 2021.

2021		VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR	ENTRADOS	MOVIMENTADOS	FINDOS	PENDENTES
ELVAS		1405	2231	3636	2167	1469
PORTALEGRE		1098	1759	2857	1607	1250
FRONTEIRA		561	715	1276	742	534
PONTE DE SÔR		459	659	1118	584	534
NISA		159	264	423	207	216

Análise comparativa da movimentação de inquéritos nos anos de 2020, 2021 e 2022:

	ELVAS			PORTALEGRE			PONTE DE SÔR			FRONTEIRA			NISA		
	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes
2020	2432	1898	1402	1461	1150	1101	758	895	447	735	662	567	239	192	164
2021	2231	2167	1469	1759	1607	1250	659	584	534	715	742	534	264	207	216
2022	2573	1567	2463	1636	1569	1320	830	515	853	802	637	703	384	290	308

Breves Considerações:

No ano de 2022:

- Verificou-se um aumento do número de inquéritos (entrados) em todos os núcleos com excepção de Portalegre;

- À excepção de Nisa, em todos os núcleos foram findos menos inquéritos do que no ano de 2021. O que é explicável pela falta de magistrados e de estabilização dos quadros, conforme acima exposto, não obstante as medidas de gestão adoptadas pela Coordenação. Sendo este factor claramente prejudicial para o desenvolvimento de um trabalho consistente e para a concretização dos objectivos fixados para a Comarca.

- Verificando-se o aumento da pendência de inquéritos em todos os núcleos, com maior incidência em Elvas e em Ponte de Sôr.

- **Taxas Processuais do movimento de inquéritos criminais:**

Da relação entre processos entrados, findos e pendentes, no período inicial e a final, resultam as seguintes taxas processuais: taxa de resolução, taxa de congestão e taxa de recuperação.

Os resultados, por Procuradoria, expressos nas taxas processuais indicadas, são os seguintes:

2022	Pendentes em 1.1.2022	Entrados	Findos	Pendentes em 31-12-2022	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
Elvas	1457	2573	1567	2463	60,90	92,98	38,88
Portalegre	1253	1636	1569	1320	95,90	79,86	54,31
Fronteira	538	802	637	703	79,43	84,46	47,54
Ponte de Sor	214	384	290	308	75,52	73,79	48,49
Nisa	538	830	515	853	62,05	104,47	37,65

a) A taxa de resolução (*clearance rate*) [6]estabelece a razão entre o número dos processos findos e o número de processos entrados. Esta taxa indica a capacidade de resolução de processos face às entradas, desconsiderando as pendências acumuladas. Neste caso um sistema eficiente para a resolução das entradas terá uma taxa igual a 100%. Valores inferiores a 100% indicam a incapacidade para fazer face sequer aos processos entrados e valores superiores a 100% indicam uma resolução de casos superior às entradas (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e de recuperação dos acumulados).

[6] (processos findos / processos entrados) x 100)

b) A taxa ou indicador de congestão [7]estabelece a razão entre o número de processos pendentes no início do período em análise e o número de processos findos nesse mesmo período. Este indicador mede a capacidade do sistema em dar resposta à pendência existente, sem considerar qualquer entrada de processos no ano em análise, ou no período em causa. Quanto mais baixo for o indicador de congestão maior será a eficiência do sistema (valores inferiores à unidade revelam a capacidade de findar um número de processos superior ao pendente no início do período; um valor superior à unidade indica o contrário).

c) A taxa de recuperação *(blacklog rate)* estabelece a relação entre o número de processos findos e a adição resultante da soma do número de processos pendentes com o número dos processos entrados. Esta taxa indica a eficiência do sistema em dar resposta aos processos acumulados. Um sistema eficiente para a resolução total dos processos pendentes e dos entrados terá uma taxa de recuperação igual a 100%. Índices inferiores revelam incapacidade de recuperação de pendências.

A nível global os resultados da Comarca, expressos nas taxas processuais indicadas, são os seguintes:

2022	Pendentes em 1.1.2022	Entrados	Findos	Pendentes em 31-12-2022	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
Portalegre	4000	6225	4578	5647	73,54	87,37	44,77

[7] (Processos pendentes inicialmente / processos findos) x 100

8. FENÓMENOS CRIMINAIS (Mapa CRIM 4):

Os fenómenos mais expressivos na Comarca são a Cibercriminalidade (1854), Violência conjugal ou equiparada (421) Crimes estradais (173), crimes fiscais (174), incêndios florestais (105) e tráfico de estupefacientes (56).

8.1. Violência Doméstica:

No ano de 2020 deram entrada 391 inquéritos; No ano de 2021 deram entrada 376 e em 2022 foram registados 421 inquéritos.

Foram findos 294, e foi determinada a suspensão provisória em 101 inquéritos. Dos findos foram acusados 41 e foram arquivados 253.

Nos termos expostos no relatório anual de 2021, desde Janeiro de 2020, e tendo em conta a Directiva 5/2019 de 15.11.2019 da Exma. Senhora Procuradora Geral da República,

determinou-se a afectação a um único magistrado nos Juízos Locais de Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr dos inquéritos por crimes de Violência doméstica, Maus Tratos, e Contra a liberdade e autodeterminação sexual, e as iniciativas a desenvolver na área de família e crianças, bem como a ligação com as CPCJ.

Em Novembro de 2021 essa especialização estendeu-se ao Juízo de Fronteira.

Porém, a falta de magistrados decorrentes de baixas médicas impediu a prossecução desta especialização em todos os núcleos da Comarca.

Sendo que a partir de Setembro de 2022 foi mantida a afectação de um magistrado a esta tipologia criminal nas Procuradorias de Portalegre, Fronteira e Ponte de Sôr e em Novembro de 2022, em Elvas, foram afectos dois magistrados a esta tipologia criminal, embora não exclusivamente.

8.2. Criminalidade Informática - O Fenómeno Burlas Mbway - Expressão Na Comarca:

No ano de 2021 deram entrada 1686 inquéritos.

No ano de 2022 foram registados 1854 inquéritos.

Foram findos 976 processos, sendo **912** arquivados, **64** acusados e **570.**

A partir de Setembro de 2022 foi afecto um magistrado, embora não exclusivamente, a esta tipologia criminal nas Procuradorias de Fronteira e Ponte de Sôr.

9. MEDIDAS DE COACÇÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE APLICADAS EM INQUÉRITO (Mapa CRIM 3):

Foram aplicadas medidas de coacção privativas da liberdade em dez inquéritos, sendo todas de prisão preventiva. Sendo sete inquéritos pelo crime de violência doméstica, um

inquérito pelo crime de associação criminosa, um inquérito pelo crime de homicídio na forma tentada e um inquérito pelo crime de tráfico de estupefacientes.

Foram realizadas 81 diligências de primeiro interrogatório judicial de arguido detido, 40 das quais, no Juízo Local de Elvas.

VI – MOVIMENTO ANUAL – ÁREA CRIMINAL (CRIM 9, CRIM 10,CRIM 11, CRIM 12,CRIM 13, CRIM 14, CRIM 15,CRIM 19,CRIM 20)

1.INSTRUÇÃO CRIMINAL (Mapa CRIM 9):

Foram requeridas **22** instruções, sendo **16** pelo arguido e **6** pelo assistente.

Num total de **56** instruções movimentadas foram findas **43**, 17 com despacho de pronúncia e 18 com despacho de não pronúncia, ficando pendentes **13**.

2. PROCESSO SUMÁRIO (Mapa CRIM 10):

Dos **254** Autos de Notícia recebidos foram arquivados **60**, remetidos para julgamento sob a forma de processo sumário **104**, e em **112** foi requerida a suspensão provisória do processo.

Para julgamento ficaram pendentes 10 para o ano de 2023. (Mapa CRIM 11).

3. JULGAMENTOS PENAIS (Mapa CRIM 11):

Deram entrada **571** processos, o que acrescendo aos vindos do ano anterior (703) implicou um total de **1.274** processos crime movimentados.

Destes foram findos **803, 740** por julgamento e **63** por outros motivos.

Dos 740 julgados, **671** resultaram em condenação (**90, 6%)** e **69** em absolvição (**9,3%).**

Ficaram pendentes **471** processos.

3.1. JUÍZO CENTRAL CRIMINAL DE PORTALEGRE:

No decurso do ano judicial de 2022, foram julgados no Juízo Central Criminal 26 processos, foram proferidos 21 acórdãos condenatórios e 5 absolutórios.

Deram entrada **29** processos, o que acrescentando aos transitados do no anterior constitui um movimento de **59** processos.

Foram findos **27** tendo ficado pendentes **22.**

O quadro infra demonstra os elementos acima expostos:

Secção Central - Processos em Tribunal Coletivo				
Portalegre	**Pendentes a 31.12.2021**	**Entrados**	**Findos**	**Pendentes a 31.12.2022**
Totais	29	30	27	**32**

As diligências no Juízo Central Criminal implicaram a presença do Procurador da

República colocado naquele Juízo em **65** Sessões de Julgamento.

Foram-lhe presentes para promoção no Juízo Central Cível e Criminal (vista) em 651 processos. Interpôs **1** recurso e respondeu a **15**.

Instaurou **22** Processos administrativos de acompanhamento, sendo 17 na Área Cível e 5 na Área da Família e Menores, tendo findado **25**, sendo **22** os pendentes para o ano seguinte. (Mapa MC 3)

No Juízo Central Cível não interpôs nenhum recurso e respondeu a um recurso.

3.2. JUÍZOS LOCAIS:

No decurso do ano judicial de 2022, foram distribuídos para julgamento nos Juízos Locais da Comarca **673** processos, sendo **249** Processos especiais (Sumários, Abreviados e Sumaríssimos) e **424** Processos comuns em Tribunal Singular.

A este número acrescem os transitados do ano anterior para um movimento global de **1215** processos penais na fase de julgamento (nos Juízos Locais).

O número de processos findos nos Juízos Locais da comarca foi de **776**, ficando pendentes para o ano de 2023, **439** processos.

O quadro infra demonstra os elementos referentes aos Juízos Locais da Comarca:

Secção Local Criminal (P. Comum Singular P. Especiais)				
	Pendentes a 01.01.2022	**Entrados**	**Findos**	**Pendentes a 31.12.2022**
Elvas	337	186	270	253
Portalegre	58	203	193	68
Ponte de Sôr	79	138	169	48

Fronteira	68	113	116	65
Nisa	0	33	28	5
Totais	**542**	**673**	**776**	**439**

O número de processos findos em 2022 é superior ao número de processos findos em 2021 (699) tendo diminuído o número de processos pendentes para julgamento relativamente a 2021 (592).

Embora não contabilizados em mapa autónomo cumpre referir, pelo trabalho e volume processual que implicam, as intervenções processuais (vistas) do Ministério Público nos processos judiciais.

O Ministério Público teve vista em **9.204** processos. Sendo nos Juízos Locais:

Elvas – Local Cível (2 Juízes) – 952 vistas

Elvas - Local Criminal – (2 Juízes) - 2144 vistas

Portalegre - Local Cível (2 Juízes) - 965 vistas

Portalegre - Local Criminal (1 Juiz) -1137 vistas

Ponte de Sôr - Competência Genérica (2 Juízes) – 1764 vistas

Fronteira (1 Juiz) – 1146 vistas

Nisa (1 Juiz) - 357 vistas

No Juízo Local Criminal de Elvas, o Ministério Público esteve presente em **765** audiências (incluindo adiamentos e diligências de Instrução Criminal) e no Juízo Local Criminal de Portalegre, em **404**; sendo **458** as presenças em audiência no Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sôr.

A percentagem de **absolvições** nos Juízos Locais Criminais foi de **8,9%.**

Sendo:

- Em Elvas de 5,3% (Condenações: 246; Absolvições: 14)
- Em Portalegre de 4,4% (Condenações: 168; Absolvições: 9)
- Em Ponte de Sôr de 16,4% (Condenações: 127; Absolvições: 25)
- Em Fronteira de 16,3% (Condenações: 82; Absolvições: 16)
- Em Nisa de 0 % (Condenacções: 27; Absolvições: 0)

4.RECURSOS (Mapa CRIM 12):

No ano de 2022 o Ministério Público interpôs **9** recursos e apresentou resposta em **68.**

5.RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS (Mapas CRIM 13, CRIM 14 e CRIM 15):

No ano de 2022 o Ministério Público não teve qualquer intervenção nesta área**.**

6. INTERNAMENTO COMPULSIVO (Mapa CRIM 19):

Deram entrada **50** processos de **internamento** compulsivo, foram findos **51,** ficando pendentes 5 processos para 2023.

A maioria dos entrados ocorreu no Juízo de Portalegre (26) seguido do Juízo Local de Elvas (12).

7. RECURSOS DE IMPUGNAÇÃO JUDICIAL (Mapa CRIM 20):

Foram introduzidos em juízo pelo Ministério Público **41 recursos de decisões** de autoridades administrativas proferidas em processo de contraordenação e foram findas **30**.

VII - ÁREA CÍVEL, COMÉRCIO E EXECUÇÕES

Na área cível, que abrange família e menores, nos Juízos Locais de Elvas e de Portalegre, no ano de 2022 foram despachadas **952** vistas no Juízo Local Cível de Elvas e **965** vistas no Juízo Local Cível de Portalegre.

1.ÁREAS CÍVEL E COMÉRCIO:

Os mapas elaborados reflectem a actividade do Ministério Público nas áreas cível e do comércio.

Tal intervenção traduziu-se na elaboração de peças processuais (petições iniciais, contestações, alegações de recurso e respostas a recursos, além de outros requerimentos avulsos) no domínio do contencioso patrimonial do Estado.

Ainda na área cível, destaca-se a intervenção do Ministério Público em representação de ausentes e incertos, apresentando - sempre que tal se revelou adequado e pertinente - as respectivas peças processuais em defesa dos interesses destes.

O Ministério Público teve ainda intervenção em inúmeras diligências processuais, designadamente, julgamentos, conferências, reuniões de conselho de família, audiências

prévias, audição de maiores em processos de maior acompanhado e outras intervenções quer em representação do Estado, quer em representação de incapazes ou ausentes.

No plano da preparação das intervenções judiciais verifica-se a predominância dos processos administrativos tendentes à propositura de acções de maior acompanhado.

Na área do comércio destaca-se o número de reclamações de créditos apresentadas.

2. ÁREA CÍVEL:

Em termos estatísticos e por referência aos mapas oficiais para a área cível, no ano de 2022, destacam-se os seguintes elementos:

2.1.ACÇÕES CÍVEIS (Mapa CV 1):

Relativamente às acções cíveis com intervenção principal do Ministério Público, transitaram do período anterior um total de 38 acções. No ano de 2022 foram propostas **101** acções das quais:

- 100 respeitava à defesa de incapazes e ausentes;

- **1** relativamente a interesses difusos (outros).

Foram contestadas **6** acções.

Findaram um total de **77** processos (72 procedentes e 5 improcedentes), tendo transitado para o ano seguinte **68** acções.

A intervenção do Ministério Público na área cível é preponderante nas acções de maior acompanhado, com incidência em Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr.

<u>Relativamente a cada uma das Procuradorias da Comarca, apuraram-se os resultados seguintes</u>:

ELVAS:

Foram propostas 47 acções todas relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior; Foram contestadas 5 e foram findas 34 acções, tendo transitado para o ano seguinte **32** acções de maior acompanhado.

FRONTEIRA:

Foram propostas 6 acções, 5 relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior e 1 referente a interesses difusos (outros); Não foi contestada nenhuma acção. Foram findas 7 acções, tendo transitado para o ano seguinte **2** acções de maior acompanhado.

NISA:

Foram propostas 11 acções relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior, foi contestada 1 acção, encontrando-se 12 pendentes.

PONTE DE SÔR:

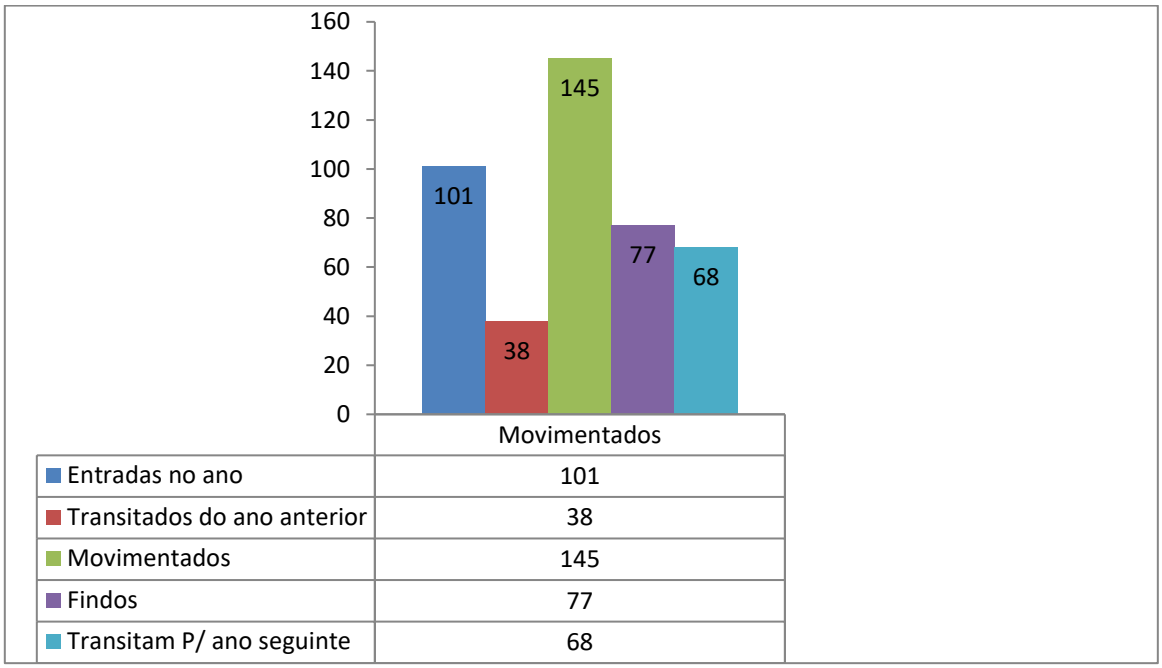
Foram propostas 8 acções todas relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior; Não foi contestada nenhuma acção; Foram findas 15 acções, tendo transitado para o ano seguinte 5 acções.

PORTALEGRE:

Foram propostas 28 acções, sendo todas referentes a Maior Acompanhado. Não foi contestada nenhuma acção; Findaram 21 (todas procedentes), tendo transitado para o ano seguinte 17 acções.

O gráfico seguinte demonstra os elementos acima expostos.

Acções Cíveis (declarativas e especiais) com intervenção principal do Ministério Público:



2.2.VALORES DAS ACÇÕES (Mapa CV 3):

O valor das acções do contencioso patrimonial do Estado cifrou-se em **€170.332,00**.

2.3.RECURSOS (MAPA CV 4):

Não foi interposto nenhum recurso em acções cíveis

Foram apresentadas 5 respostas a recursos (2 em Portalegre, 2 em Elvas e 1 em Nisa).

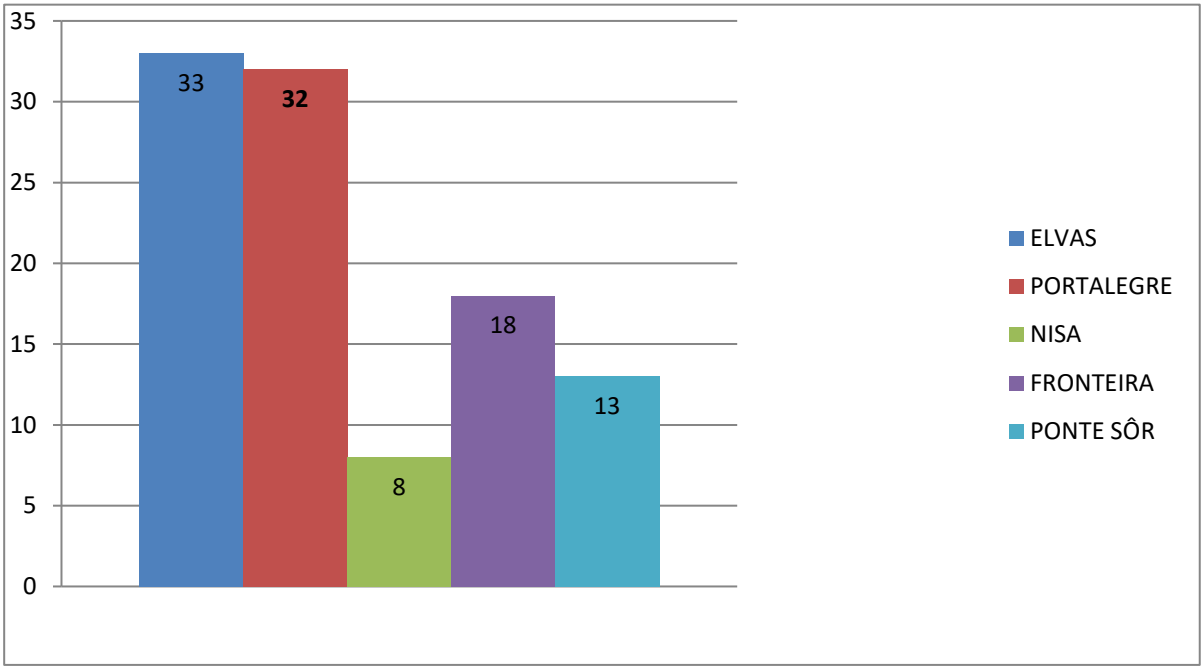
3.COMÉRCIO:

3.1. MOVIMENTO DE INSOLVÊNCIAS (Mapa COM 1):

Deram entrada na Comarca de Portalegre **104** acções de Insolvência, sendo findas **87** com insolvência declarada e **9** sem insolvência declarada. Transitaram para o ano seguinte **15** processos desta natureza (sem insolvência declarada), 9 em Portalegre, 2 em Elvas, 2 em Fronteira, 1 em Ponte de Sôr e 1 em Nisa.

O Ministério Público não foi solicitado para requerer qualquer declaração de insolvência.

MOVIMENTO DE INSOLVÊNCIAS – ENTRADAS POR PROCURADORIA



3.2. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS (Mapa COM 2):

Foram apresentadas **29** reclamações de créditos em representação da Fazenda Nacional, das quais **6** em Portalegre, **15** em Elvas, **7** em Ponte de Sôr, e **1** em Nisa, tendo ocorrido 8 Participações em Assembleias de Credores.

3.3.VALORES DOS CRÉDITOS RECLAMADOS E RATEADOS (Mapa COM 3) (Mapa COM 4):

O valor total das reclamações de créditos apresentadas pelo Ministério Público cifrou-se em **2.617.492,18€**, em representação da Fazenda Nacional.

Não foram rateados créditos.

3.4. MOVIMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS DE REVITALIZAÇÃO (Mapa COM 5):

Não foi intentado nenhum Processo Especial de Revitalização, foi findo 1, ficando 1 pendente para o ano seguinte no Juízo de Ponte de Sôr.

3.5. ACÇÕES DECLARATIVAS, PROVIDÊNCIAS CAUTELARES E ACÇÕES DE VERIFICAÇÃO ULTERIOR DE CRÉDITOS (Mapa COM 6):

O Ministério Público propôs **3** acções (1 em Portalegre, 1 em Elvas e 1 em Fronteira) e não contestou nenhuma acção desta natureza.

3.6. RECURSOS (Mapa COM 7):

Não foi apresentado nenhum recurso nem nenhuma resposta a recurso.

4. EXECUÇÕES (Mapas EXEC 1, EXEC 2 e EXEC 3):

Relativamente às **execuções** (comum a todas áreas) foram instauradas pelo Ministério Público um total de **156** execuções, sendo 96 na Área Cível e Execuções, 40 na Área Penal, 1 na Área de Família (Execução de Alimentos) e 19 na Área Laboral.

Foram intentadas **35 Reclamações de Créditos.**

Não foi intentado nenhum recurso pelo Ministério Público e não foi apresentada nenhuma resposta a recurso.

VIII - ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES

Foi assegurada a representação do Ministério Público em todas as diligências processuais relativas a processos que respeitantes a crianças e jovens, a par da tramitação dos processos judiciais e dos que são da titularidade do Ministério Público.

Assegurou-se a representação das crianças e jovens, requerendo as providências tutelares cíveis adequadas, a abertura do processo judicial de promoção e protecção e os meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua protecção.

Assegurou-se o serviço de atendimento ao público e o acompanhamento da atividade das CPCJ.

Encontram-se assinaladas 62 atendimentos ao público na Área de Família e Menores. (Mapa MC 4)

1. AUTORIZAÇÕES PARA A PRÁTICA DE ACTOS DO DL 272/2001 (Mapa FM 1):

Deram entrada **17** procedimentos previstos no Dec. Lei 272/2001 (Autorização para prática de actos) tendo sido findos **14**, ficando pendentes **11**, dos quais 5 no Juízo de Elvas, 3 no Juízo de Portalegre e 3 no Juízo de Ponte de Sôr.

2. ACORDOS DE REGULAÇÃO DE RESPONSABILIDADES PARENTAIS DO ARTIGO 14º DO DL 272/2001 (Mapa FM 2):

Foram proferidos **102 pareceres** na regulação do exercício das responsabilidades parentais. Tendo ocorrido em maior número no no Juízo de Elvas (43) seguido do Juízo de Ponte de Sôr (21).

3. INICIATIVA PROCESSUAL TUTELAR CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Mapa FM 3):

Há um elevado número de iniciativas processuais do Ministério Público que se reflecte no mapa FM 3.

Entraram **423** processos (163 da iniciativa do Ministério Público) para uma movimentação total de 572, encontrando-se 187 pendentes para 2023.

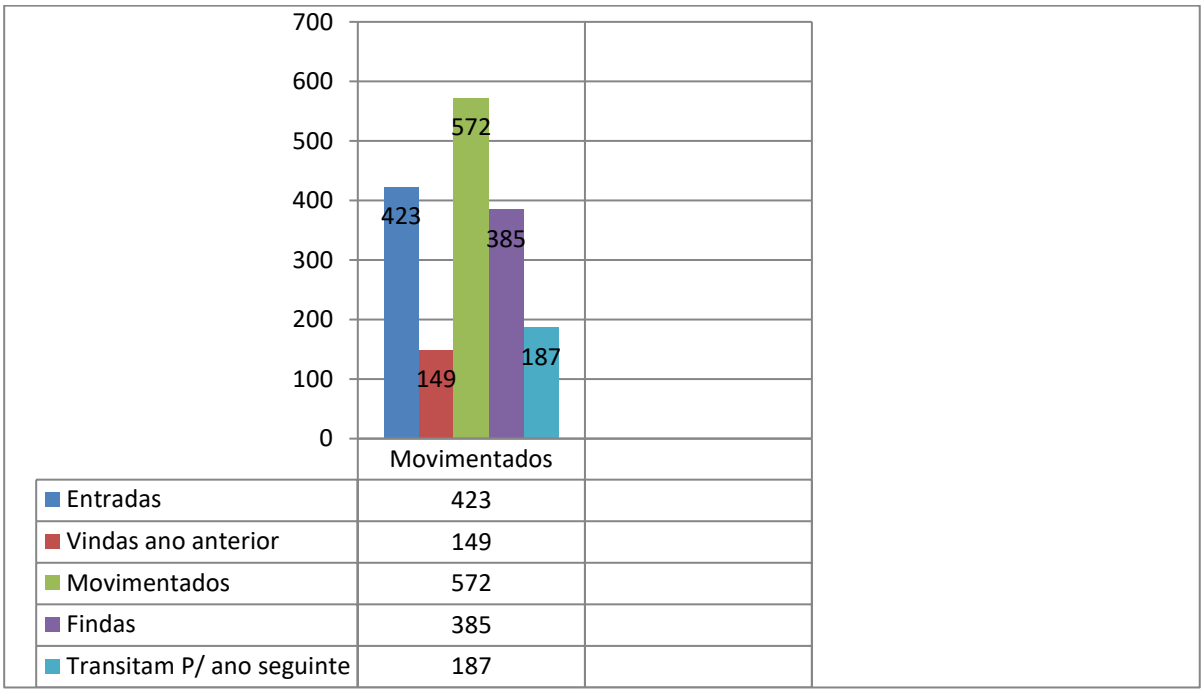
A maioria das Acções é relativa ao exercício das responsabilidades parentais, **183** reportam-se a Acções de Regulação, **126** a Acções de Alteração à Regulação, sendo **112** as relativas a Incidentes de Incumprimento.

Das **163** Acções instauradas pelo Ministério Público, **57** reportam-se ao Juízo de Elvas, **69** ao Juízo de Fronteira, **10** ao Juízo de Nisa, **11** ao Juízo de Portalegre e **16** ao Juízo de Ponte de Sôr.

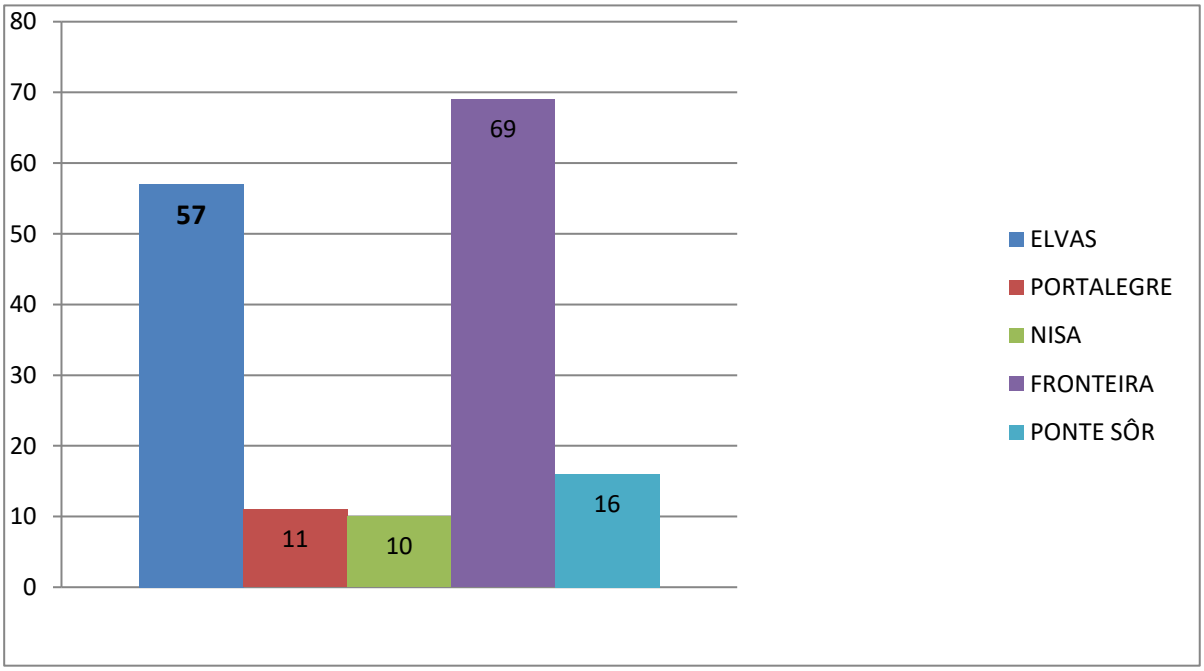
Foram findas **385** ficando **187** pendentes para 2023.

Os gráficos que seguem demonstram os elementos acima expostos relativamente às acções tutelares cíveis.

ACÇÕES TUTELARES CÍVEIS E INCIDENTES



ACÇÕES TUTELARES CÍVEIS PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (163) POR PROCURADORIA



4. AVERIGUAÇÕES OFICIOSAS DE PATERNIDADE (Mapa FM 4):

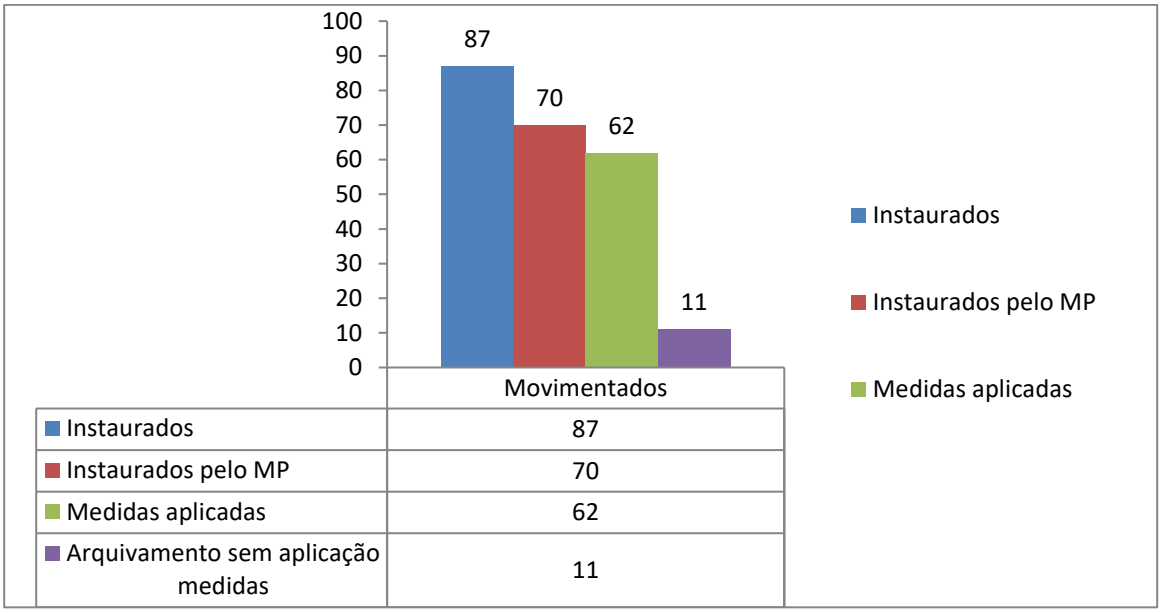
Deram entrada **12** averiguações oficiosas de paternidade, foram findas 7, ficando pendentes 13. A maior parte dos processos findou por perfilhação (5).

5. INICIATIVA PROCESSUAL EM PROMOÇÃO E PROTECÇÃO (Mapas FM 5 E FM 6):

Foram instaurados **87** processos de promoção e protecção, sendo **70** a requerimento do Ministério Público.

As medidas aplicadas no ano de 2022 ascenderam a **62**, das quais 35 resultaram de acordo. A opção por medidas de institucionalização foi decidida em 8 casos.

PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO:



	Movimentados
Instaurados	87
Instaurados pelo MP	70
Medidas aplicadas	62
Arquivamento sem aplicação medidas	11

Como se evidencia no mapa respectivo (Mapa FM 5) a maioria dos processos foram instaurados em Elvas (41), sendo 4 os instaurados em Fronteira, 16 os instaurados em Ponte de Sôr, 25 os instaurados em Portalegre, e um instaurado em Nisa.

Foram requeridos **7** procedimentos de urgência (Mapa FM6).

6. INTERLOCUÇÃO - COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (MAPA FM 7), VISITAS (Mapa FM 8) (Mapa FM 14):

O Ministério Público esteve presente em **9** Reuniões da Comissão Alargada de CPCJ e apreciou **9** comunicações que lhe foram reportadas.

Foram 3 as visitas a Instituições de Acolhimento e 0 a Centros Educativos.

7. INQUÉRITOS TUTELARES EDUCATIVOS (Mapas FM 9, FM 11, FM 12 E FM 13):

Deram entrada **76 inquéritos tutelares educativos**, a que acrescem os vindos do ano anterior (49) gerando um movimento anual de **125** inquéritos tutelares educativos.

Foram objecto de suspensão **3** processos e de arquivamento **47** (por insuficiência de factos ou de indícios, por desnecessidade de medida ou por outros motivos) e propostas medidas em 8 das quais 2 em regime de internamento aberto.

O total de findos foi de 62, ficando pendentes para o ano seguinte 63.

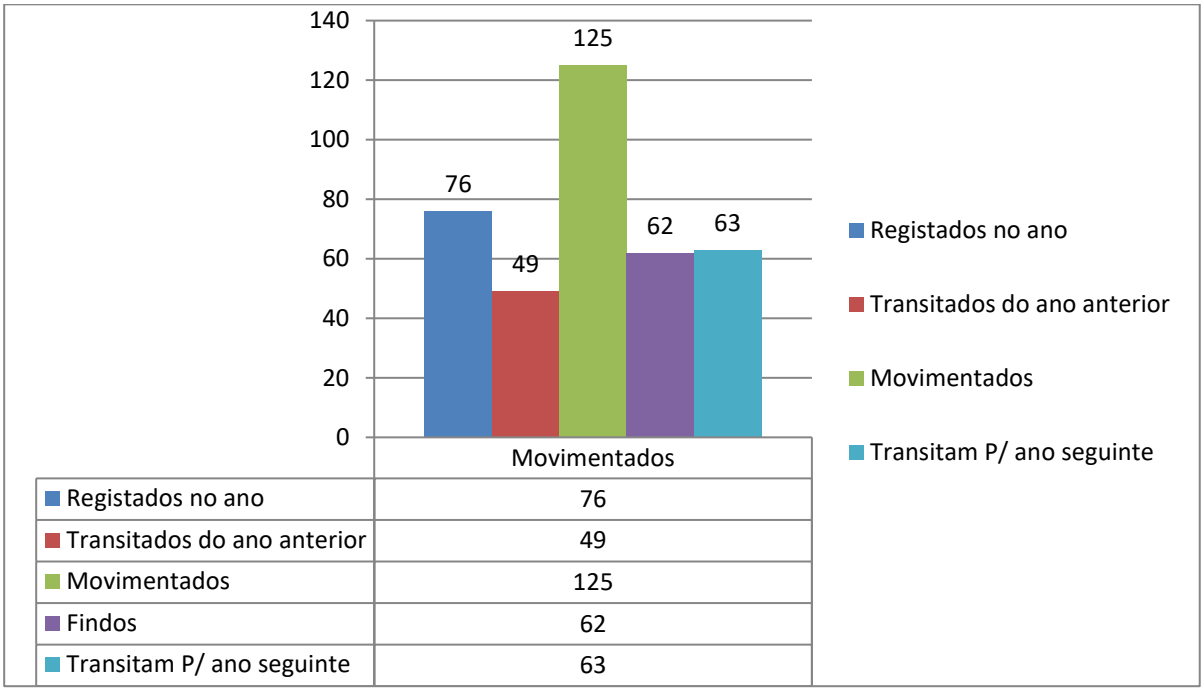
O Juízo de Elvas concentra **38** dos entrados, **70** dos movimentados, **38** dos findos e **32** dos pendentes para o ano seguinte.

Os crimes com maior expressão são os de ofensa à integridade física (21), ameaça e injúria (13) e dano simples (12).

Nos inquéritos tutelares educativos com abertura da fase jurisdicional foram aplicadas **2** medidas de internamento em regime semi-aberto, ambas no Juízo de Elvas.

Na Fase Jurisdicional foram findos **8** Processos Tutelares Educativos com aplicação de Medida, 7 no Juízo de Elvas.

TUTELARES EDUCATIVOS



	Movimentados
Registados no ano	76
Transitados do ano anterior	49
Movimentados	125
Findos	62
Transitam P/ ano seguinte	63

8. RECURSOS (Mapa FM 15):

Na área de Família e Menores o Ministério Público respondeu a **3** Recursos.

9. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (Mapa MC3):

Foram instaurados **364** processos administrativos na área da Família e Menores, (sendo 359 com vista a intervenção processual e 5 para acompanhamento de outros processos).

IX - ÁREA LABORAL

Foram propostas **10** Acções laborais pelo Ministério Público, tendo findado 8, todas julgadas procedentes, ficando pendentes 3 para 2023. (Mapa TRAB. 1)

Deram entrada **150** processos de acidente de trabalho, 6 dos quais mortais, gerando um movimento global de **224** processos (atentos os 74 vindos do ano anterior).

Foram findos **150**, ficando pendentes para o ano seguinte **74**, dos quais 45 na fase conciliatória. (Mapa TRAB.2 e Mapa TRAB. 3)

Na fase Conciliatória dos Processos por Acidente de Trabalho foram findos **155**, dos quais **128**, em sede de diligência de tentativa de conciliação, ficando pendentes de perícia médica 25 de um total de **45** pendentes. (Mapa TRAB.3)

Nos Processos de Acidente de Trabalho o Ministério Público elaborou **6** Petições (Mapa TRAB.4); Apresentou **17** Requerimentos para Junta Médica, **3** para Revisão de Incapacidade, **15** para Actualização de Pensões e **94** para Entrega do Capital de Remissão (Mapa TRAB. 5)

Foram propostas **5** Acções de Impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento (Mapa TRAB. 7)

O Ministério Público interpôs **8** recursos de Impugnação Judicial em Processos de Contraordenação. Intentou **1** recurso e respondeu a **4** Recursos. (Mapas TRAB. 8 e 9).

O Ministério Público realizou **133** atendimentos ao público (Mapa MC 4), 72 visando a intervenção /iniciativa processual do Ministério Público, 61 sobre outros processos, acções em curso ou outros assuntos.

Foram instauradas **18** execuções por custas/multas/coimas no valor de 39.380,16€ e 1 execução de sentença laboral no valor de 8.329,66€. (Mapa EXEC 1).

Foi apresentada uma reclamação de créditos pelo Ministério Público. (Mapa EXEC 2).

Na área Laboral foram instaurados **72** processos administrativos tendo em vista a iniciativa/intervenção Processual. (Mapa MC 3).

Os resultados atingidos na área laboral permitiram o cumprimento dos objectivos fixados, nomeadamente:

- A defesa dos interesses dos trabalhadores, conferindo prioridade na propositura das respectivas acções;
- A especial atenção aos processos de acidente de trabalho, atenta a sua natureza urgente;
- O atendimento ao público - trabalhadores e seus familiares;
- Articulação permanente com a jurisdição do comércio, assegurando a defesa dos créditos dos trabalhadores.

X – MAPAS COMUNS

1.CARTAS ROGATÓRIAS (Mapa MC 1):

Nas áreas cível, do comércio, da família e menores, trabalho e execução não houve qualquer carta rogatória para cumprir por parte do Ministério Público.

Na jurisdição penal foram recebidas **8** cartas rogatórias, a cumprir pelo Ministério Público, 4 das quais na Procuradoria de Fronteira e 3 na Procuradoria de Elvas.

2. DECISÕES HIERÁRQUICAS ESPECÍFICAS (Mapa MC 2:)

Registaram-se **5** intervenções hierárquicas no âmbito do artigo 278.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Penal.

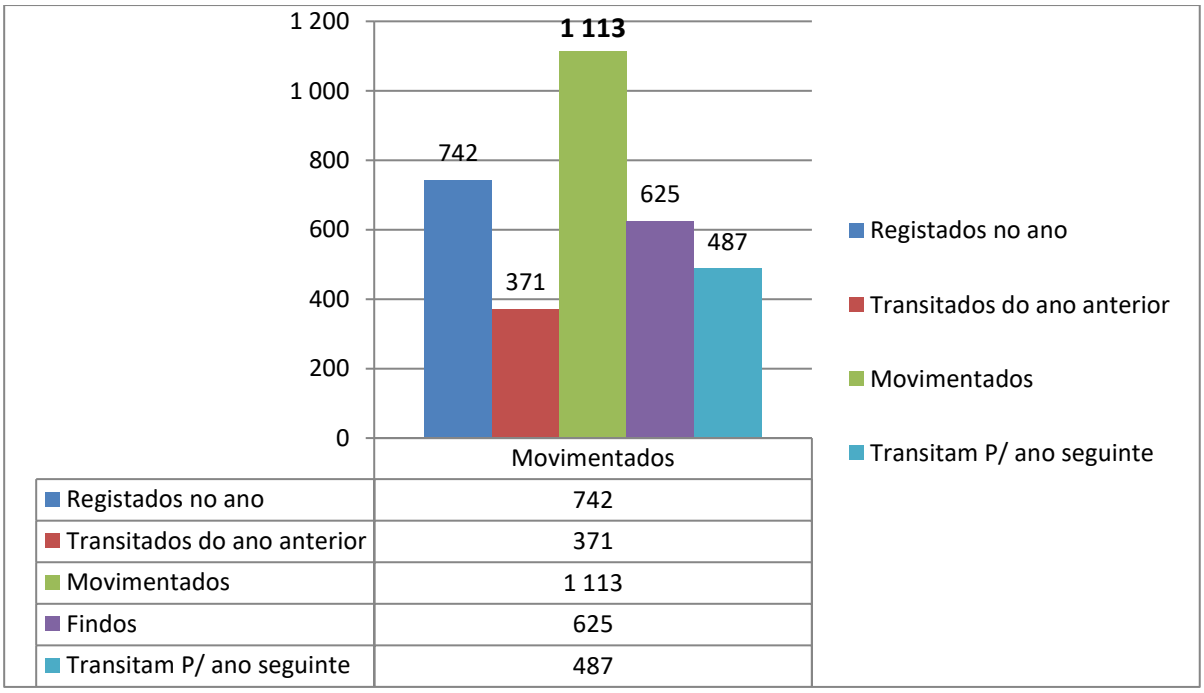
Em matéria de conflitos de competência em inquérito, tal intervenção ocorreu em **6** inquéritos.

3.PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU DE ACOMPANHAMENTO (Mapa MC 3):

Foram instaurados **742** processos administrativos (sendo **698** com vista a intervenção processual – [**359** na Família e Menores, **217** no Cível, **28** no Penal, **22** no Comércio e **72** no Trabalho] e outros **para acompanhamento de outros processos** o que, acrescendo aos vindos do ano anterior (371) implicou um movimento global de **1113** processos.

Foram findos **628**, ficando **487** pendentes para o ano de 2023, o que se traduziu num aumento de pendência.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS



4.ATENDIMENTO AO PÚBLICO (Mapa MC 4):

Encontram-se registados **407** atendimentos ao público, sendo 212 na área Cível, 133 na área Laboral e 62 na área de Família e Menores.

XI – A COORDENAÇÃO

- No ano de 2022 mantiveram-se as medidas de acompanhamento e monitorização da actividade desempenhada pelos magistrados do Ministério Público, promovendo e agilizando os contactos informais, com vista a um acompanhamento muito próximo das diferentes realidades de cada uma das Procuradorias, com vista à uniformização de procedimentos, à difusão de boas práticas e à melhoria da actuação dos magistrados da Comarca nas suas várias vertentes e na relação com as diversas entidades e cidadãos;

- Procurou-se suprir a falta de magistrados com a adopção das medidas de gestão que em cada situação se afiguraram adequadas e muitas vezes as únicas possíveis, como sejam a reafectação de Magistrados e a acumulação de serviço a cargo de alguns Magistrados;

- Tentou-se manter a especialização possível, nomeadamente procurando nos Juízos Locais de Elvas e Portalegre, manter magistrados afectos preferencialmente à Secção Cível e Criminal, com vista a uma maior uniformização de actuação e uma maior proximidade a outros intervenientes na área da justiça; Também se procurou manter a especialização possível na área da investigação criminal com afectação a um único magistrado dos processos a distribuir pela prática dos crimes de Violência doméstica; e Concentração num único Magistrado, dos inquéritos de burla informática;

- A signatária do presente relatório iniciou funções como Magistrada Coordenadora da Comarca em Setembro de 2022 e procurou assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido pela sua antecessora. Efectuando a distribuição de serviço de acordo com o quadro de magistrados em funções na Comarca, recorrendo aos instrumentos de mobilidade e gestão que, se afiguraram necessários e adequados à realidade da Comarca.

- Manteve-se a participação nas reuniões com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, através do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste e do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica de Portalegre Alto Alentejo Este, da Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Portalegre;

- Participação, como oradora, da signatária do presente relatório, nas III Jornadas da APAV, realizadas no dia 29 de Novembro de 2002 em Ponte de Sôr.

- Em Outubro de 2022 foram realizadas reuniões sectoriais com os Magistrados das Procuradorias Locais e dos Juízos Centrais Cível e Criminal e do Trabalho visando a preparação dos Objectivos Processuais que apresentámos para o ano de 2023;

- Temos privilegiado a nossa deslocação aos diversos núcleos para reuniões com os Magistrados e bem assim a realização de reuniões via Webex.

- Foram realizadas visitas aos vários núcleos, tendo também integrado outras visitas realizadas pelo Conselho de Gestão e pela Administração.

- Foram realizadas reuniões com os Órgãos de Polícia Criminal que operam na Comarca tendo em vista a uniformização de procedimentos.

- Procurou-se incentivar a articulação entre os Magistrados da Área dos Inquéritos e os Magistrados da Área dos Julgamentos no sentido de melhorar a técnica da acusação e analisar as razões das absolvições – deficiências da acusação – falta de prova.

XII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da actividade do Ministério Público na Comarca de Portalegre no ano de 2022 ressalta à evidência a falta de magistrados e a falta de funcionários, com repercussões na organização dos Serviços e na prestação funcional dos Magistrados em funções na Comarca.

Afigura-se essencial o aumento ou pelo menos a estabilização do quadro de magistrados na Comarca – particularmente em Elvas – e a colocação de funcionários nos Serviços do Ministério Público para se desenvolver um trabalho consistente e com resultados positivos a médio e longo prazo.

Priorizando a área da investigação criminal, consideramos essencial para a operacionalidade da gestão da Comarca, conforme referido no relatório de 2021, a criação de um Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), atento o volume de inquéritos na Comarca. O que implicaria a – desejável e necessária - especialização da investigação criminal, em particular nas áreas da violência doméstica e do cibercrime – dois dos fenómenos criminais com maior percentagem de inquéritos na Comarca.

Portalegre, 31 de Janeiro de 2023

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca

Dulce Alves Caria
Assinado de forma digital por Dulce Alves Caria
Dados: 2023.01.31 23:17:23 Z

(Dulce Alves Caria)